

EM BUSCA DE UMA BASE LOCAL CONSISTENTE

LAB avança no estudo
de taxonomia brasileira
em finanças sustentáveis

Investidores, reguladores e gestores no Brasil estão diante do desafio de desenvolver uma taxonomia em finanças sustentáveis própria que coloque o País no mesmo seleto clube liderado pela União Europeia e integrado também por um bloco de países asiáticos, EUA e Colômbia, que saiu na frente na América Latina ao lançar no ano passado sua própria “taxonomia verde”. Para orientar esse debate, o LAB (Laboratório de Inovação Financeira) espera concluir entre os meses de fevereiro e março a segunda etapa de seu trabalho sobre o tema, com a publicação do estudo “Roadmap” Taxonomia em Finanças

Sustentáveis: oportunidades e desafios para o Brasil.

A taxonomia é uma classificação que permite identificar e qualificar os ativos que são considerados (ou não) sustentáveis de modo a evitar práticas como *greenwashing* e conferir maior segurança aos investidores, reguladores e às companhias. “O assunto cresceu tanto no cenário global desde o Acordo de Paris, em 2015, que hoje já se brinca que há uma ‘taxomania’ no mundo”, observa Daniela Baccas, Analista da Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores e representante da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no LAB.

Ela lembra que o Acordo marcou o lançamento de metas para as emissões de gases de efeito estufa por diversos países e o início das tentativas de rotulagem de investimentos sustentáveis. Também restou claro, diz ela, que não se atingiria aquelas metas apenas com investimentos públicos, ou seja, para enfrentar a emergência da questão climática, seria preciso engajar o sistema financeiro, “o que levou a um *boom* de emissões rotuladas (títulos verdes) e à necessidade de avaliar os *reports* das instituições financeiras e das companhias em relação ao Acordo de Paris”, explica Baccas.

O LAB é um fórum de interação multissetorial e, como tal, não tem papel regulador, mas de estímulo ao debate na questão da sustentabilidade. “O objetivo é disseminar conhecimento e fazer eventuais proposições de melhorias no ambiente regulatório e nas finanças sustentáveis, que têm uma multiplicidade de atores e visões, assim como identificar os gargalos”, complementa a representante da CVM.

Criado em 2017 pela parceria entre Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o grupo ganhou em 2019 o reforço de um quarto integrante, a agência alemã *Deutsche Gesellschaft für Internationale*

Zusammenarbeit (GIZ), que atua internacionalmente na cooperação para o desenvolvimento sustentável. Além disso, conta com as contribuições de mais de 300 associações e instituições participantes, incluindo Banco Central, Previc, Susep, Anbima, Amec, IBGC e Abrapp.

Base consistente

Em 2021, o LAB concluiu a primeira etapa do trabalho sobre taxonomia e lançou, em conjunto com a GIZ, a publicação *Taxonomia em Finanças Sustentáveis: Panorama e Realidade Nacional*, que trouxe as primeiras reflexões sobre o contexto geral das taxonomias sustentáveis, abrangendo conceito, importância, vantagens e desafios, além das principais tendências. Embora tenha incluído uma análise do cenário brasileiro, esse trabalho não aprofundou os dados locais. Diante da importância do tema para os investidores, entendeu-se, então, que o Brasil deveria dar mais um passo. “A taxonomia é importante para que os fluxos de recursos nas carteiras sejam feitos a partir de uma base consistente, na qual to-

dos falem a mesma linguagem. Isso envolve diretamente os investidores institucionais”, ressalta Baccas. No momento, a segunda fase do trabalho envolve a consolidação de sugestões recebidas; entre elas, a conclusão de que a taxonomia única poderia contribuir para o crescimento do mercado de emissões corporativas de títulos rotulados, assim como para a classificação de fundos IS (Investimento Sustentável) criada pela Anbima.

Adequação local

O estudo procurou olhar para as várias taxonomias do mundo e as lições aprendidas. “A UE, por exemplo, já sabe o que pode ser aprimorado, então procuramos trazer *inputs* sobre alguns pontos sob a perspectiva do que pode ser útil ao Brasil.” Foram analisadas também as taxonomias fomentadas pelos entes públicos e algumas iniciativas nacionais já existentes, gerando reflexões e análises comparativas. Todavia, é preciso fazer adaptações porque os países têm suas realidades econômicas e tecnológicas distintas.

Na Colômbia, por exemplo, a taxonomia lançou um olhar mais forte para a atividade agropecuária e para o setor florestal, dada a existência de um bioma Amazônico em seu território. O Brasil, por sua vez, também precisa olhar para os seus setores econômicos mais relevantes; contudo, esse olhar não

A taxonomia permite
qualificar os ativos
sustentáveis de modo
a evitar práticas como
greenwashing

pode ser binário. “Há atividades que não são consideradas ‘verdes’, mas podem contribuir caso desenvolvam novas tecnologias para uma economia de transição, como a agropecuária. Muitas taxonomias já contam com especialistas para discutir essas possíveis melhorias”, explica a especialista.

O assunto deverá ganhar cada vez maior relevância na agenda das entidades do sistema Abrapp,

acredita Raquel Castelpoggi, Coordenadora do Comitê de Sustentabilidade da Abrapp, que representa o sistema junto ao LAB. O Relatório de Sustentabilidade 2021 incluiu um Guia de Consulta ASG que traz várias publicações, entre elas o conteúdo sobre taxonomia produzido pelo LAB.

A iniciativa do LAB engloba ainda a questão da governança e quais entidades poderiam ser

consideradas na construção de uma taxonomia. Normalmente, as taxonomias governamentais envolvem lideranças nacionais, como os Ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente, e os órgãos reguladores, além de camadas mais técnicas, compostas por especialistas e baseadas na ciência. ■

por **Martha Corazza**

Comitê de Sustentabilidade: transformando riscos em diferenciais de qualidade

A maneira como as Entidades Fechadas de Previdência Complementar lidam com a gestão de riscos ASG (responsabilidade ambiental, social e de governança) pode transformar questões que ainda são potenciais geradoras de problemas em diferenciais relevantes para o crescimento do sistema. A gestão dos riscos associados às mudanças climáticas, por exemplo, principal foco de atenção na atual discussão de sustentabilidade entre os investidores globais, ainda está distante da realidade dos fundos de pensão brasileiros, que precisam atualizar e ampliar sua abordagem.

Quando esse *gap* no tratamento do assunto foi levantado pela segunda edição do Relatório de Sustentabilidade das EFPC, o Comitê de Sustentabilidade da Abrapp promoveu quatro *webinars*: “Introdução às Mudanças Climáticas – IPC – Investidores pelo Clima”, cuja segunda edição acontece em fevereiro. Embora essa tenha sido identificada como a falha mais séria, há outros tópicos que chamam a atenção.

O documento mapeou os processos de investimento e gestão responsável de 57 entidades de todos os portes, representativas de 72,7% do patrimônio das associadas da Abrapp. Dessas, 71,9% afirmam ter uma abordagem de investimentos responsáveis formalizada, destaca Raquel Castelpoggi, que também é Coordenadora de Responsabilidade Socioambiental na Fundação Real Grandeza. “Apesar disso, não houve retorno quando perguntamos às entidades a respeito do tratamento dado ao tema do clima.”

As conclusões do Relatório levaram o Comitê a encaminhar uma carta, no final de 2022, aos integrantes do sistema Abrapp, com o objetivo de chamar atenção para os pontos em que é possível avançar,

transformando problemas e riscos em diferenciais competitivos. “Sugerimos eventos e treinamentos, além de organizarmos essa série de *webinars* especificamente para discutir os riscos climáticos”, afirma Castelpoggi.

O Relatório pode ser utilizado por todas as EFPCs como ferramenta para avaliarem em que patamar de sustentabilidade se encontram. “O documento aponta estratégias, permite que as entidades confirmem o que é feito pelas demais e como todas podem subir alguns degraus”, complementa.

Comparabilidade

A adoção de um padrão único para os relatórios também é fundamental para que as EFPCs comparem o seu desempenho. “Ainda assim, observamos que até hoje cada entidade segue o seu próprio modelo.”

As empresas e entidades que usam metodologias capazes de dar comparabilidade aos relatórios têm sido sistematicamente reconhecidas pelo mercado. O prêmio Abrasca, que destaca os melhores relatórios anuais, é visto como uma dessas experiências relevantes. No ano passado, várias entidades concorreram, e Fundação Real Grandeza, Telos, CBS Previdência e Previ ficaram entre os cinco finalistas na categoria de organizações não-empresariais.

Um dos destaques do relatório da Real Grandeza foram os temas bem elencados graças a uma pesquisa de materialidade da fundação. “Por meio eletrônico e presencial, foi possível ouvir as pessoas que mais interessavam à entidade para saber o que elas pensam e o querem de nós”, explica Castelpoggi.